





Clipping - Cuiabá/MT, 23 de julho de 2010

23/07/2010 - 07h05

Em um ano, Justiça expediu quatro mil liminares contra o Governo

Joanice de Deus Diário de Cuiabá

No período de apenas um ano, o governo de Mato Grosso teve que cumprir pelo menos quatro mil liminares concedidas pela Justiça determinando ao Sistema Único de Saúde (SUS) o fornecimento de remédios de alto custo ou a garantia de tratamento de pacientes com doenças graves. A dificuldade do poder público em atender à demanda virou um imbróglio para o Judiciário. É inclusive assunto de recomendação (nº 31, de março deste ano) feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As sugestões apontadas pelo CNJ são alguns dos argumentos usados pelo secretário de Estado de Saúde (SES), Augusto Carlos do Amaral, e o adjunto Vander Fernandes, para explicar questões relativas às demandas judiciais. A SES recebe de 10 a 20 decisões judiciais por dia.

Uma das justificativas é a que orienta os Tribunais a evitar o fornecimento de medicamentos ainda não registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Este seria o caso do miglustat (zavesca), medicamento do qual necessitava Matheus Silva Borges, 13 anos, que morreu no início desta semana em Sinop (500 quilômetros de Cuiabá), após ficar dois meses sem receber o remédio. Há ainda os trâmites burocráticos exigidos para produtos importados.

Amaral garante ainda que raramente faltam medicamentos de rotina. Só no Estado são 23 mil pacientes beneficiados, sendo despendidos R\$ 70 milhões anuais com o fornecimento de remédios. Só com os importados foram gastos R\$ 804 mil neste ano. "Tem que ter critérios, não dá para sair comprando", disse Amaral. Ele citou inclusive duas liminares, uma para compra do medicamento vitalux plus (vitamina) e outra para conseguir um spá para um paciente obeso. "Se não cumprir, paga multa", disse. "A gente cumpre, mas recorre", acrescentou.







Outra questão levantada é quanto ao tempo estabelecido para cumprimento das determinações. "A discussão não é quanto à necessidade, mas quanto ao prazo. São dadas 24h, 48 horas para demandas eletivas", enunciou Fernandes.

Conforme Amaral, o próprio CNJ recomenda que os juízes "ouçam, quando possível, preferencialmente por meio eletrônico, os gestores antes da apreciação de medidas de urgência". A SES encaminhou ofício ao judiciário mato-grossense informando o endereço eletrônico apoiojudicial@ses.mt.gov.br, que conta com uma equipe técnica formada por médicos e enfermeiros para prestar as informações necessárias.

Outro fato é que conseguir uma vaga em UTI por meio judicial não é uma situação tão simples. "Não se pode ser mais realista do que a realidade. Se não existir vagas, não há o que fazer. Não adianta expedir prisão para o secretário", disse Amaral, referindo-se ao mandado de prisão expedido contra ele no início desta semana.

Além disso, muitas vezes se concede liminar obrigando o Estado a arranjar vaga para alguém que precisa ser internado numa UTI e que tem direito líquido e certo, mesmo sabendo que outra pessoa, com o mesmo direito, não poderá ser atendida. "Antes de determinar, precisa-se saber se é uma urgência", disse.

http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=335877

Cirurgia plástica grátis pelo SUS, direito de todos

A <u>cirurgia plástica</u> inicialmente foi uma doutrina com o propósito de realizar procedimentos reparadores, mas hoje a maioria das pessoas busca fazer **cirurgia plástica** com <u>objetivos estéticos</u>. É possível fazer **plástica** de graça caso ela seja necessária para que a vida do paciente torne à sua normalidade.

Como proceder para conseguir cirurgias plástica gratuita?

É possível fazer este tipo de **cirurgia gratuita** em hospitais universitários, hospitais-escola, hospitais públicos e até clínicas particulares. Algumas vezes pela solidariedade dos profissionais e outras pela obrigação do cumprimento da lei é possível conseguir **plástica grátis** caso o paciente tenha sofrido ou nascido com certos tipos de deformidades.

Os casos frequentes em que a cirurgia plástica grátis é aplicada:

- Reconstrução mamária após remoção do seio com câncer
- Crianças com labioleporino
- Fendaplalatina







- Queimaduras que levaram a deformações
- Abdominoplastia para remoção de excesso de pele após cirurgia do estômago
- Deficiência ou deformidades no rosto

A lei federal nº 10.223 (15/05/2001) a ser realizada plastica pelo SUS, ou seja, efetuar cirurgia **plástica grátis** para mulheres que realizaram mastectomia (remoção da mama devido a tumores malignos). Leis estaduais no RJ e SP garantem **plásticas grátis** para mulheres com seqüelas físicas de ataques sexuais.

Cirurgia plástica exclusivamente com motivos <u>estéticos</u> só é possível fazer na rede privada. Nem sequer planos de saúde cobrem as cirurgia **plástica de graça** nestes casos.

Mas se você possui alguns dos problemas listados acima deve procurar a rede de saúde do seu município e consultar a possibilidade de efetuar uma cirurgia **plástica gratuita.** Você também pode procurar os hospitais universitários, entidades ligadas a projetos de saúde e verificar se é elegível para efetuar o procedimento que necessita.

No site <u>Ajuda Brasil</u> é possível localizar as instituições que podem ajudar você no seu caso específico, na sua região, e que podem tornar realidade a sua cirurgia **plástica grátis** com fins corretivos. [Cirurgias Plásticas]



http://hypescience.com/cirurgia-plastica-gratuita-direito-de-todos/

Notícias / Ciência & Saúde 22/07/2010 - 10:33

Molécula do vinho e da maçã pode ajudar tratamento da leucemia









Foto: Reprodução

Uma molécula com propriedades antioxidantes naturais, a quercetina, pode ser empregada como complemento de medicamentos utilizados nos tratamentos contra a leucemia, intensificando seus efeitos, anunciou nesta quinta-feira o CNR (Conselho Nacional de Pesquisa da Itália).

Gian Luigi Russo, pesquisador responsável pelo estudo, diz que "a molécula é capaz de bloquear o processo de transformação de uma célula normal em um tumor, ou de inverter se ele já estiver em curso". A quercetina é uma molécula antioxidante natural, normalmente presente em alimentos como as alcaparras, a maçã, o vinho tinto, o chá verde, a cebola e o aipo, diz o pesquisador.

 Pela primeira vez, demonstramos que a quercetina é eficaz contra as células tumorosas de pacientes que sofrem de leucemia linfoide crônica.

Russo diz que a molécula é bem tolerada pelo corpo, mesmo em doses elevadas, mas é preciso tomar cuidado.

 Doses massivas de antioxidantes, incluindo a quercetina, absorvidas livremente sob a forma de suplementos dietéticos por pessoas saudáveis e sem controle médico, podem se tornar perigosas para a saúde.

A leucemia linfoide crônica, que atinge em média de uma a seis pessoas a cada 100 mil, é a forma mais frequente de leucemia entre adultos. O problema, que progride rapidamente, faz com que a medula produza um grande número de células sanguíneas anormais.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Molecula_do_vinho_e_da_mac a_pode_ajudar_tratamento_da_leucemia&edt=34&id=117521

Notícias / Cidades 22/07/2010 - 19:42







Secretária de Saúde morre após colisão frontal entre Pálio e F1000 em estrada de chão no nortão (veja fotos)

De Sinop - Alexandre Alves



A secretária de Saúde de Santa Carmem (535 km de Cuiabá), Angela Ticiana Rotilli Coelho, prima do prefeito do município, Alessandro Nicoli (PR), morreu, esta tarde, após um acidente na MT-140, entre Santa Carmem e Vera. O trecho é sem pavimentação e Ticiana bateu o Fiat Pálio, preto, que dirigia, de frente com uma

caminhonete F1000.

A secretária morreu praticamente na hora e o corpo ficou preso às ferragens. Os bombeiros de Sinop, que fica a 35 km de Santa Carmem, foram ao local prestar atendimento. A remoção do corpo das ferragens durou quase duas horas e tiveram que usar o 'encarcerador' – equipamento usado para cortar latarias de veículos.

No Pálio estavam Ticiana e a filha de seis anos. A criança sofreu ferimentos leves e foi levada ao Pronto Atendimento de Sinop. Passou por atendimento médico, não sofreu fraturas e foi levada a Cuiabá para exames mais específicos.

O motorista da F1000, Ari Antonio Basso, de 46 anos, ficou gravemente ferido, quebrou uma das pernas e foi levado para o P.A, onde passou por atendimento médico. As duas filhas de Ari tiveram ferimentos leves e estão fora de perigos.

Ticiana era psicóloga e estava em Vera fazendo teste psicotécnico. Ela conhecia bem a estrada, pois passava pelo local constantemente. Todavia, a estrada de chão recebeu







patrolamento nos últimos dias e a poeira atrapalha a visão. O Pálio seguia atrás de uma carreta e ela foi ultrapassar, quando bateu na F1000.

O motorista da carreta, que viu todo o acidente, disse aos populares que se aglomeraram no local que nada pode fazer para evitar o acidente, pois foi muito rápido. O velório de Ticiana acontece na Câmara de Santa Carmem e o sepultamento será às 17h.

Ela também era vereadora licenciada. O prefeito decretou luto oficial no município.

(Com informações do repórter José Carlos Araújo, da Rádio Meridional FM. As imagens são da TV Cidade - SBT de Sinop)

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Secretaria_de_Saude_morre_a pos_colisao_frontal_entre_Palio_e_F1000_em_estrada_de_chao_no_nortao_veja_fotos& id=117684

• <u>ELEIÇÕES 2010</u> / DE VOLTA ÀS URNAS

22.07.10 | 20h45

Leverger terá eleição suplementar em 5 de setembro

Cassação do prefeito Faustino Dias, mantida pelo Pleno do TRE, obriga a realização de pleito

Clique para ampliar 🕕





Eleição em Leverger será realizada depois de mantida a cassação do mandato do prefeito Faustino

DA REDAÇÃO







O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE/MT) aprovou nesta quinta-feira (22) a data de realização das eleições suplementares em Santo Antônio de Leverger (30 km ao Sul de Cuiabá), que serão realizadas no próximo dia 5, primeiro domingo de setembro de 2010. A resolução que fixa o calendário eleitoral e regulamenta a eleição será publicada na segunda-feira (26).

A realização de eleições suplementares para prefeito e vice-prefeito de Leverger será necessária em função da decisão do Pleno do TRE/MT que, em 13 de julho deste ano, manteve a decisão do juízo da 38ª Zona Eleitoral quanto à cassação dos diplomas dos eleitos em 5 de outubro de 2008.

Houve necessidade de realização de nova eleição porque o prefeito eleito em 2008, Faustino Dias Neto, obteve mais de 50% dos votos válidos. A decisão do Pleno do TRE/MT foi confirmada pelo Pleno do Tribunal Superior Eleitoral.

Qualquer cidadão poderá pleitear o registro de candidatura, desde que seja filiado ao partido com data anterior a 5 de setembro de 2009, um ano antes das eleições.

As convenções devem ser realizadas entre 29 de julho e 1º de agosto deste ano. Nos casos em que houver a necessidade de desincompatibilização, dada a excepcionalidade do caso, o candidato deverá afastar-se do cargo gerador de inelegibilidade nas 24 horas seguintes à sua escolha pela convenção partidária.

Os partidos políticos e as coligações poderão requerer o registro de seus candidato até às 19 horas do dia 02 de agosto de 2010. A partir dessa data, correrá prazo de dois dias para eventuais pedidos de impugnações.

Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo até às 19 horas do dia 3 de agosto de 2010. Não havendo pedido de impugnação, o juiz eleitoral decidirá o requerimento de registro de candidatura em 24 horas. A propaganda eleitoral nas ruas será permitida a partir de 03 de agosto.

A conclusão dos trabalhos de apuração dos votos, e proclamação dos eleitos, deve acontecer até o dia 7 de setembro, dois dias após as eleições. A diplomação dos eleitos deve acontecer até o dia 19 de setembro e a posse até o dia 21 de setembro.

A 38ª Zona Eleitoral (Santo Antônio de Leverger) tem 66 seções eleitorais, com 14.071 eleitores. Serão utilizados 264 mesários na eleição suplementar.

http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=19&idnot=27609

ECONOMIA / SAÚDE

22.07.10 | 23h38







Laboratórios podem baratear remédios patenteados contra a Aids

Mesmo sem quebrar patentes, farmacêuticas negociam liberar produção de genéricos

R7

As principais empresas farmacêuticas iniciaram negociações para criar um mercado comum de patentes com o objetivo de baratear a fabricação dos remédios e ampliar a luta contra a Aids. A proposta foi debatida nesta quintafeira (22) pelo Unitaid, fundo internacional de compra de medicamentos, durante a Conferência Internacional da ONU que ocorre esta semana em Viena (Áustria).

A ideia é permitir que fabricantes de remédios genéricos produzam versões mais baratas de medicamentos que ainda sejam patenteados - os donos das licenças poderiam ceder os direitos dos produtos temporariamente, recebendo o pagamento de royalties em troca. A expectativa é que o mecanismo permita que os países pobres economizem mais de R\$ 1,8 bilhão (US\$ 1 bilhão) por ano na compra dos remédios.

Segundo a especialista em propriedade intelectual do Unitaid, Ellen't Hoen, a iniciativa, além de ser importante em um momento de crise econômica e de corte de fundos, pode facilitar o acesso aos remédios nos países pobres.

- Quando as companhias chegarem a um acordo, então os fabricantes de genéricos podem fazer uso dessas propriedades intelectuais.

O objetivo é criar um "mercado único" para que os fabricantes de genéricos negociem os direitos de remédios patenteados que fazem parte do coquetel anti-HIV.

Laboratórios grandes, como a Merck, a Tibotec e o Gilead, estão em negociações avançadas sobre o assunto. Mas o ViiV Healthcare (uma parceria entre as gigantes Pfizer e GlaxoSmithKline) ainda resistem a fazer a concessão.

- Quanto maior a concorrência entre os laboratórios de genéricos, menores serão os preços. Estamos no início de um processo que esperamos que não seja muito longo porque a urgência é chave. Queremos que essa política seja a regra.

No mundo vivem mais de 33 milhões de pessoas com HIV, o vírus causador da Aids. Dentre todas essas pessoas, cerca de 15 milhões precisam receber os medicamentos antirretrovirais, que combatem à doença. Mas somente um terço (5 milhões) tem acesso a esses remédios.







Os antirretrovirais impedem a multiplicação do HIV e diminuem a quantidade do vírus no organismo. Com isso, a defesa do organismo melhora e o portador corre menos risco de desenvolver outras doenças.

Esses remédios constituem um tratamento caro, que custam milhares de dólares por ano, e por isso não é acessível em grande escala nos países mais pobres, onde se concentram a imensa maioria dos doentes de aids.

O Unitaid foi criado em setembro de 2006 pelo Brasil, Chile, França, Noruega e o Reino Unido como um mecanismo de financiamento para a compra e distribuição nos países menos desenvolvidos de remédios contra a malária, a tuberculose e a aids. Durante seus quatro anos de funcionamento, se uniram à iniciativa diversas ONGs e mais 40 países.

http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=2&idnot=27586

Cidades 23/7/2010 - 07:26:00

Termina hoje prazo de inscrição para profissionais trabalharem no TJ

Redação site TVCA com assessoria

Profissionais de psicologia e assistência social interessados em trabalhar junto ao Poder Judiciário de Mato Grosso nas atividades de atenção e reinserção social de usuários de drogas e dependentes químicos podem fazer inscrição para o processo seletivo até esta sexta.

As inscrições devem ser feitas nas unidades judiciais selecionadas (Fóruns) ou por via postal. Cem profissionais, sendo 52 psicólogos e 48 assistentes sociais, serão credenciados pelo TJMT para atuação junto às Comarcas de Primeira, Segunda e Terceira Entrâncias. As comarcas de Entrância Especial (Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis) já contam com esses profissionais.

Os novos psicólogos e assistentes sociais vão integrar as equipes multidisciplinares que atenderão e acompanharão os dependentes químicos e usuários de drogas assistidos pela Justiça no interior do Estado. Entre as atribuições dos prestadores de serviço estão averiguações in loco, visitas domiciliares, atendimento ao público, elaboração de relatórios e prestação de informações verbais em audiências.

Os profissionais serão remunerados por abono variável de cunho puramente indenizatório, sem vínculo empregatício com o TJMT. O pagamento será por hora técnica (R\$ 20,06) e não poderá ultrapassar os seguintes limites: Primeira Entrância (40 horas mensais - R\$ 802,40); Segunda Entrância (72 horas mensais - R\$1.444,32); e Terceira Entrância (80 horas mensais - R\$1.604,80.

http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?n=498786&p=2&Tipo=







22/07/2010 - 19h50

Quem fica muito tempo sentado tem mais chance de morrer, diz estudo

R7

Um estudo da Sociedade Americana do Câncer concluiu que o tempo que uma pessoa permanece sentada pode apressar sua morte. Pesquisadores estudaram um grupo de mais de 123 mil pessoas por mais de dez anos, todas sem histórico de câncer, derrame ou problemas cardíacos, e chegaram ao seguinte resultado: mulheres que afirmaram passar mais de seis horas sentadas por dia mostraram estar 37% mais propensas a morrer que aquelas que ficam sentadas por menos de três horas por dia.

O índice se manteve praticamente o mesmo entre homens e mulheres que praticavam atividades físicas. E entre este grupo, as chances de morte por problemas do coração se mostraram maiores do que por câncer.

Mas a falta de atividade física, ou seja, o fato de ser sedentário, aumenta ainda mais a relação com a morte. Mulheres e homens que ficam muito tempo sentado e são sedentários tiveram 94% e 48% mais chances, respectivamente, de morrer, comparado com aqueles que ficam sentados por menos tempo e mostraram-se mais ativos.

- ...Para a pesquisadora Alpa Patel, autora do estudo, as descobertas servem de alerta à saúde pública sobre a necessidade de se promover a prática de atividades físicas e diminuir o sedentarismo.
- Permanecer muito tempo sentado, independente de fazer atividade física, causa importantes consequências metabólicas que influenciam coisas tava de triglicérides, colesterol, pressão alta, sintomas típicos da obesidade, de problemas cardiovasculares e de doenças crônicas. As autoridades de saúde deveriam criar políticas para incentivar a prática de exercícios físicos.

http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=335851

22/07/2010 - 04h22

Práticas pedagógicas de MT são modelo para o país

Redação 24horasnews







Os investimentos na Educação revelaram, nos últimos cinco anos, um crescimento significativo nos indicadores da educação básica aferidos pelas notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Nesse período (de implantação do índice), Mato Grosso saltou de 2,9 para 4,3 nas séries finais, atingindo a terceira colocação no ranking nacional. O resultado destacou as políticas da educação estadual na mídia nacional, que elencou os bons resultados como referência para que os próximos governantes do país disseminem as boas práticas implantadas no Estado.

A secretária de Educação do Estado, Rosa Neide Sandes de Almeida, acredita que, mesmo não sendo ainda os índices ideais, a população tem muito a comemorar. "Consolidamos avanços significativos nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental", destaca. Essas conquistas são indicadores de que os pontos de estrangulamento ainda registrados no Ensino Médio, bem como na Educação de Jovens e Adultos (EJA), serão modificados nos próximos anos.

Para conquistar melhores resultados foram implantados os Centros de EJA, em que os professores têm dedicação diferenciada aos estudantes; Ensino Médio profissionalizante e investimentos financeiros, até então nunca feitos. Com os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), os estudantes do Ensino Médio e EJA tiveram, nos últimos três anos, acessos a laboratórios de linguagens, ciências da natureza, livros didáticos e merenda.

A Educação estadual atribui a esses avanços a implantação de políticas de formação continuada para os profissionais da Educação, à escola em ciclos de formação humana, orientações curriculares construídas pela comunidade escolar, recursos direto para a escola, estrutura física e salários dignos aos profissionais. "Foram ações fundamentais para mudar o cenário", acredita a secretária.

Segundo Rosa Neide, a Secretaria de Estado de Educação vem desenvolvendo essas práticas em todo o Estado, garantindo as melhorias em todas as unidades escolares. O crescimento dos índices estaduais é feito de modo uniforme. Pesquisa nacional, realizada pela revista Época, coloca Mato Grosso entre os cinco primeiros estados do país que conseguiram crescimento equilibrado (confira abaixo) entre as menores e maiores notas das escolas no Ideb.

http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=335757







22/07/2010 - 22h46

Organizações médicas cobram ação do governo pela saúde masculina

R7

Cinco sociedades médicas vão se reunir para elaborar um documento com as principais reivindicações referentes às políticas para saúde do homem e as apresentar ao Ministério da Saúde, em novembro.

O 1º Fórum Nacional sobre Atenção Integral à Saúde do Homem acontece no dia 2 de agosto, em Hortolândia, no interior de São Paulo.

O documento final será assinado por representantes da SBU (Sociedade Brasileira de Urologia), ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria), FBG (Federação Brasileira de Gastroenterologia), SBC (Sociedade Brasileira de Cardiologia), SBPT (Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia).

As organizações esperam ter um posicionamento do governo federal em relação aos recursos e ações necessárias para melhorar o atendimento e a saúde masculina no Brasil.

Segundo o Ministério da Saúde, 75% dos problemas de saúde que afetam a população masculina estão ligados às áreas de urologia, cardiologia, pneumologia, gastroenterologia e psiquiatria.

Por meio do plano de Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, iniciado em agosto de 2009, o ministério pretende implementar mudanças para melhorar a saúde masculina no país, e para isso, solicitou o apoio das cinco entidades, definindo as mudanças necessárias em cada área de atuação.

As principais reivindicações são relativas ao atendimento e à educação da população para a saúde do homem, treinamento de profissionais e criação de centros de referência para tratamento e pesquisa em diferentes especialidades médicas envolvidas no setor.

O fórum deverá contar com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, do Secretário de Atenção à Saúde, Alberto Beltrame, e do coordenador da área de saúde do homem do ministério, Baldur Schubert, além dos líderes das sociedades médicas e autoridades políticas.







http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=335853

VENENO

Agrotóxicos: lucro privado, prejuízo socializado

Radioagência NP/DF 22/07/2010 17:29 Atualizado em 23/07/2010 08:10

A Radiagência NP divulgou nesta quinta (22) em seu boletim que, em parceria com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a Polícia Federal realizou recentemente uma série de fiscalizações nas principais produtoras de agrotóxicos do Brasil. As blitz descobriram irregularidades nos produtos comercializados pelas seis empresas fiscalizadas, a Syngenta, Bayer, Basf, Milenia, Nufarm e a Iharabras.

Juntas, elas controlam mais da metade do mercado mundial de agrotóxicos, mas, de acordo com as fiscalizações, vendem produtos com fórmulas adulteradas, com a data de validade vencida, com problemas de qualidade e acima do limite de toxicidade indicado na embalagem.

A Syngenta, por exemplo, foi flagrada comercializando a cihexatina. Usada nas culturas cítricas, a cihexatina teve a venda proibida em 2009 no Brasil depois que se descobriu que a substância pode causar problemas na formação de fetos. Ainda assim, foi aberta uma exceção para os agricultores do estado São Paulo, que tem permissão de utilizar a substância até 2011.

Para falar sobre as consequências do uso de agrotóxico em nossas culturas, a Radioagência NP entrevistou o ambientalista Henrique Cortez. Segundo ele, o custo social é grande e quem paga a conta é a população.

Radioagência NP: Henrique, o Censo Agropecuário de 2006 constatou que 80% dos proprietários rurais usam agrotóxicos em suas culturas. Por que esse percentual tão grande?

Henrique Cortez: A desculpa é que o produtor deve ter o máximo de produção e de produtividade com a menor perda possível. Daí a intensa utilização de fertilização e a intensa utilização dos defensivos agrícolas, os agrotóxicos, ou para evitar pragas – tem casos que não é nem porque vai destruir os alimentos, mas porque o produto vai ficar manchado – ou a outra hipótese são herbicidas, para evitar que outros tipos de vegetais nasçam no meio da plantação. A lógica é realmente aquela da pior face capitalista possível, no sentido de uma produção que deve ser intensamente útil, para render no máximo possível, o maior lucro possível. Essa é a razão: lucro.

RNP: E como você avalia a atuação da Anvisa, que tenta ter um controle maior dos agrotóxicos comercializados no Brasil? HC: A Anvisa realmente está preocupada com isso e está preocupada porque é um problema de saúde pública. O próprio Ministério do Trabalho registrou em 2008 mais de cinco mil casos de intoxicação por agrotóxicos em trabalhadores agrícolas. A Anvisa não está brincando, ela está agindo corretamente. O órgão quer o poder de reavaliar,







avaliar e liberar. Não tem sentido produtos que são proibidos no exterior, serem usados no Brasil. Vários, tem sido proibidos pela Anvisa no último ano e com todos esses tem sido uma batalha [para conseguir a proibição].

RNP: Henrique, várias pesquisas comprovaram que o uso de agrotóxicos nos alimentos causa malefícios à saúde humana. Temos que ter menos cuidado com alguns alimentos e mais com outros?

HC: Em geral, os alimentos vegetais não são sistêmicos, ou seja, [os agrotóxicos] não atingem a raiz e a seiva da planta. Portanto, a planta em si, não fica contaminada por agrotóxicos, que geralmente fica na folha ou na casca. Então, é possível lavar e limpar, mas isso exige um trabalho grande, não é uma coisa tão simples assim. Quase ninguém tem escovinha na cozinha para tirar os fungicidas dos tomates, dos morangos, figos, uva. Só passar o alimento na água, não tira o agrotóxico. Então, exige um trabalho de limpeza. Um problema maior, em minha opinião, está no caso das carnes, porque tem hormônios que são dados aos animais. No caso das aves, se tem intensa utilização de antibióticos. E isso é um problema porque nós estamos pegando resistência a antibióticos pela via alimentar.

http://www.circuitomt.com.br/home/materia/44062

VIDA NOVA

Médicos de SP analisam transplante

Fernando Duarte

Da Redação

Médicos do Hospital Samaritano, em São Paulo, farão exames em Thommylee dos Santos, 11, para verificar a possibilidade da realização de um transplante de rim. A futura doadora é a mãe dele, Adriana da Silva Cruz Moraes, que deixou de ser empregada doméstica para cuidar integralmente do filho, portador de insuficiência renal crônica.

O pai de Thommylee, Jando dos Santos Moraes, explicou que a família aguardava há muito tempo pelo exame. Com o transplante, o garoto pode deixar de fazer a hemodiálise. "Nós estamos indo para São Paulo dia 13 de agosto. Vamos ficar 2 semanas que é o tempo para o resultado ficar pronto".

A família, no entanto, ainda espera para realizar uma nova perícia para que o garoto receba o benefício de um salário mínimo do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A última perícia que ele realizou foi desconsiderada e um novo processo foi aberto no órgão. "Gostaria muito que o resultado do laudo médico saísse antes de nós







irmos para São Paulo".

Entenda - Sem o funcionamento dos rins, Thommylee ingere pouco líquido, sente cansaço, inchaço no corpo e vômitos. Mesmo com essa situação, o INSS rejeitou o pedido de benefício, garantido em lei, já que insuficiência renal é considerada uma deficiência física. A matrícula escolar do menino foi rejeitada e a mãe dele, a empregada doméstica Adriana da Silva Cruz Moraes, 30, teve que abandonar o trabalho para cuidar do filho.

Ele já conseguiu, por doação de um farmacêutico de Cuiabá, um medidor de pressão eletrônico e o óleo de canola para fazer as refeições. A família ainda aguarda, da Secretaria Municipal de Educação, a disponibilidade de um professor especial para ele.

 $\frac{\text{http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=265278\&codcaderno=19\&GED=6811\&GEDDAT}{\text{A=2010-07-23\&UGID=15c3b809200f765627f891b1a5077438}}$

MT registra 26 casos de dengue a cada dia

Da Redação

Na quarta semana de julho, Mato Grosso registra 40.446 casos de dengue. Desse total, 904 são graves. São 182 notificações na última semana e 1 óbito. No mesmo período do ano passado eram 35.002 pessoas contaminadas.

O total de notificações até o momento de morte é de 56 casos. Desses óbitos, 44 foram confirmados e 12 estão sob investigação. Os números são da Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado de Saúde.

Mesmo com uma queda nos números, já que no início no ano eram mais de mil casos por semana, a secretaria mantém o alerto sobre os cuidados que devem ser tomados pela população, durante todo o ano. Entre eles está manter a caixa d"água, tonéis e barris ou outros recipientes que armazenam água, totalmente tampados e limpos na sua parte interna (lavados com escova e sabão semanalmente). Deve-se remover tudo o que possa impedir a água de correr pelas calhas e não deixar a água da chuva acumular sobre as lajes.

No caso dos vasos de plantas, encher de areia, até a borda, os pratinhos dos vasos. Se não tiver colocado areia no pratinho da planta, lavar a mesmo com escova, água e sabão, pelo menos uma







vez por semana, fazendo o mesmo com vasos de plantas aquáticas. Jogar no lixo todo objeto que possa acumular água, como potes, latas e garrafas vazias. Colocar o lixo em sacos plásticos, fechar bem esses sacos e deixá-los foram do alcance de animais. Manter lixeiras bem fechadas.

De acordo com a SES, Cuiabá tem, até o momento, 4.323 casos de dengue, sendo 107 graves, e 11 óbitos, sendo 4 casos confirmados como sendo de dengue e 7 estão sob investigação. Várzea Grande tem 1.526 notificações da doença e 4 óbitos.

http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=265279&codcaderno=19&G ED=6811&GEDDATA=2010-07-23&UGID=094226abe6bb231f206c5a269b16f4b6

Panorama Nacional

Da Redação

Gripe suína - Ao menos 15 pessoas morreram no Estado de Paraná em decorrência do vírus influenza A (H1N1) em 2010. Os óbitos foram registrados na região metropolitana de Curitiba, Ponta Grossa, Pato Branco, Maringá, Apucarana, Londrina e Cornélio Procópio. De acordo com o último boletim da Secretaria estadual da Saúde, ao todo, o Estado já confirmou 1.655 casos da doença este ano.

http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=265248&codcaderno=8&GED=6811&GEDDATA=2010-07-23&UGID=acbbf0bbdab1ed935e7252b58a4da5c3

Cidades

Da Redação Folha do Estado

Cuiabá registra queda na notificação da dengue

Divulgação









Na semana anterior foram 19 casos da doença

Seis casos de dengue foram notificados nos últimos sete dias em Cuiabá. Houve queda em relação à semana anterior, quando foram registrados 19 casos da doença, conforme o boletim de dengue feito pela equipe da Vigilância a Saúde e Ambiente (Divisa) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

No total acumulado do ano, a SMS registrou 3.782 casos de dengue. São 3.430 confirmados, dos quais 78 casos são considerados graves. Quatro óbitos foram confirmados e sete estão em investigação. Os óbitos registrados são de moradores dos bairros Jardim Vitória, Dom Aquino, CPA 2 e Jardim Leblon. Os bairros com maiores índices de proliferação do mosquito são o Pedra 90, Jardim Industriário, Nova Esperança e Santa Isabel.

Em Mato Grosso são 40.264 registros da doença de janeiro a 15 de julho. Deste total, 900 foram notificados como casos graves de dengue. São 14,5% registros a mais que o mesmo período do ano passado, quando a Secretaria Estadual de Saúde tinha de 34.444 casos da doença. Quarenta e quatro pessoas morreram vítimas da dengue. Outros 11 óbitos pela doença estão sob investigação.

Para manter a doença sob controle, a SES orienta a população manter a caixa d'água, tonéis e barris ou outros recipientes que armazenam água totalmente tampados e limpos na sua parte interna (lavados com escova e sabão semanalmente). Deve-se remover tudo o que possa impedir a água de correr pelas calhas e não deixar a água da chuva acumular sobre as lajes.

Publicado em: 22/07/2010 às 10:50 Editado em: 22/07/2010 às 10:55

http://www.folhadoestado.com.br/0,,fCBA0,,fCBA7AA9-cuiaba-registra-queda-na-notificacao-da-dengue

Cotidiano

Assessoria Sema







Reunião do Comitê discute ações de combate ao fogo

Divulgação



Os órgãos que compõem o Comitê Gestão do Fogo foram convocados para participar da 4ª reunião que irá acontecer na próxima segundafeira (26.07), às 9 horas no Auditório do Parque Massairo Okamura. Setores de fiscalização, monitoramento, combate e responsabilização dos órgãos irão fechar um planejamento conjunto com ações definidas para todo o Estado.

O período proibitivo para queimadas no Estado vai até o dia 15 de setembro, podendo ser prorrogado, em função das condições climáticas. Nesse período, quem for pego ateando fogo, pode receber multa que varia de acordo com a área atingida - de mil reais por hectare nas áreas abertas a R\$ 1,5 mil por hectare nas áreas de floresta. Além disso, o infrator pode ser detido e responder por crime ambiental. Nesses casos a detenção pode chegar a quatro anos, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Participam da reunião representantes do Ministério Público Estadual, Secretaria de Meio Ambiente (Sema), de Infra – estrutura (Sinfra), de Saúde (SES), Casa Militar, Defesa Civil, Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), Delegacia Especializada de Meio Ambiente (Dema), Corpo de Bombeiros Militar, MT Regional, Associação dos Municípios de Mato Grosso (AMM), Fiemt, Famato, Funai, DNIT, Polícia Rodoviária Federal, PrevFogo do Ibama, Prefeituras de Várzea Grande e Sinop, Funai e, Eletrobrás Furnas.

Publicado em: 22/07/2010 às 17:06 Editado em: 22/07/2010 às 17:14

http://www.folhadoestado.com.br/0,,fCBAO,,fCBAD027-reuniao-do-







comite-discute-acoes-de-combate-ao-fogo

Ingrediente contaminado por salmonela não circula no Brasil

Notícias - Nacionais

Sex, 23 de Julho de 2010 00:00

A proteína vegetal hidrolisada fabricada pela empresa norte-americana Basic Food Flavors Inc e contaminada por salmonela não circula no mercado brasileiro. É o que indica investigação realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), após tomar conhecimento da contaminação do referido ingrediente no mercado estadunidense.

A Proteína vegetal hidrolisada é um ingrediente utilizado para realçar o sabor de produtos como molhos, sopas, salgadinhos, alimentos à base de soja e comidas congeladas. Após saber da contaminação, a empresa Basic Food Flavors Inc. realizou recolhimento voluntário, no mercado norte americano, de toda proteína vegetal hidrolisada em pó e em pasta fabricada a partir de 17 de setembro de 2009.

Alguns alimentos que continham o ingrediente e que não foram submetidos a processo de cozimento durante a fabricação ou que não seriam cozidos, posteriormente, pelos consumidores também foram incluídos no recolhimento. O Food and Drug Administration (FDA), organismo de controle sanitário de alimentos nos Estados Unidos, afirma que não há registro de casos de salmonelose em humanos associados a esta contaminação.

A salmonelose é uma infecção alimentar causada pela bactéria salmonela, encontrada principalmente em alimentos de origem animal, como ovos, leite e carnes. Os sintomas mais comuns da doença incluem dores abdominais, diarréia, calafrios, náusea e vômito.







Investigação

No Brasil, a Anvisa teve conhecimento do caso por meio de consulta de rotina ao site do FDA. A partir daí, diversas medidas foram adotadas pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) para verificar a possibilidade de circulação do produto contaminado no país.

A primeira ação foi identificar se a proteína vegetal hidrolisada da empresa Basic Food Flavors havia entrado no Brasil. A Anvisa verificou que, após o recolhimento do produto no mercado norte americano, o ingrediente foi importado para o nosso país por duas empresas: Bertin SA e IFF Essências e Fragrâncias Ltda.

Em seguida, a Agência solicitou que o Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo (CVS/SP) realizasse inspeção sanitária nas duas empresas, localizadas no referido estado. O objetivo era verificar especificações da carga importada com suspeita de contaminação, checar se a matéria-prima importada foi utilizada e para quais produtos e averiguar se o controle de qualidade da empresa detectou contaminação por salmonela na matéria-prima importada ou no produto final.

Além disso, a inspeção checou se havia matéria-prima importada disponível no estabelecimento e em qual quantidade. As empresas também foram questionadas se receberam informação do fornecedor norte-americano sobre o recolhimento e, em caso positivo, quais foram às ações adotadas aqui no Brasil.

IFF Essências e Frangrâncias Ltda

Na empresa IFF Essências e Fragrâncias Ltda, a inspeção verificou que a matéria-prima importada encontrava-se segregada para descarte. A embalagem estava com lacre original do fornecedor e só foi aberta pela Vigilância Sanitária e posteriormente lacrada pela própria Vigilância Sanitária.

A Vigilância Sanitária coletou amostras do produto para análise fiscal e interditou o restante, aproximadamente 23,8kg. A empresa informou que foi comunicada pelo fornecedor do risco da contaminação e rejeitou o ingrediente







no ato do recebimento do produto.

A IFF Essências e Frangrâncias Ltda afirmou, ainda, que realizou uma única importação de proteína vegetal hidrolisada fabricada pela empresa Basic Food Flavors Inc., após a data de recolhimento. De acordo com a empresa, não houve utilização da matéria-prima importada com suspeita de contaminação no processo de fabricação.

Bertin SA

Já a empresa Bertin SA informou para a Vigilância Sanitária que não foram detectados desvios nos padrões microbiológicos da matéria-prima conforme laudos enviados pelo fornecedor. Outro ponto destacado pela empresa foi o de que o ingrediente é utilizado na etapa de emulsificação do produto. Posteriormente, há a etapa de processo térmico (mínimo 1 hora acima de 72°C), que elimina possível contaminação por samonela nos alimentos.

O Controle de Qualidade da empresa efetua a análise microbiológica de todos os lotes de matérias-primas utilizadas e o recebimento e a liberação de uso no processo produtivo ocorre somente após a comprovação da conformidade dos resultados em relação aos padrões exigidos. Não houve detecção de salmonela em nenhum dos lotes de proteína vegetal hidrolisada recebidos pela empresa.

Os produtos acabados ainda são analisados por lote e data de fabricação e a expedição e liberação do produto para o mercado ocorrem somente após o resultado de conformidade do produto. A Bertin SA informou que não houve detecção de salmonela em nenhum dos produtos acabados envolvidos.

A Anvisa continuará a monitorar o caso e, se necessário, tomará novas ações sanitárias para proteger a saúde da população. Informações completas sobre o caso e as ações de controle sanitário adotadas pela Anvisa podem ser encontradas no Informe Técnico 42/2010.

Fonte: www.portaldoconsumidor.gov.br

http://www.brasilsus.com.br/noticias/nacionais/104795-ingrediente-contaminado-porsalmonela-nao-circula-no-brasil







Limitação orçamentária não excluiu a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Norte a disponibilizar stente para paciente do SUS.

Paciente consegue cirurgia cardíaca pelo SUS

Um paciente da rede pública de saúde conseguiu uma sentença favorável que condena o Estado a realizar o procedimento cirúrgico de angioplastia coronária com implantação de dois stents farmacológicos a ser realizado pelo SUS. A sentença é da 2ª Vara da Fazenda Pública de Natal.

Na ação, o autor informou que necessita, com a máxima urgência possível, realizar cirurgia de angioplastia coronária com implantação de dois stents farmacológicos recobertos, nos termos da prescrição médica anexada aos autos, por apresentar reestenose difusa stente nas artérias MgE e DgLS.

O autor esclareceu que procurou a Secretaria Estadual de Saúde para a realização da referida cirurgia, lhe tendo sido informado que o stent farmacológico não poderia ser disponibilizado gratuitamente, por ausência de verba orçamentária. Assim, o autor ingressou com uma ação judicial sustentando seu pedido no direito constitucional à saúde.

O Estado do Rio Grande do Norte afirmou que a política das indústrias farmacêuticas incentiva a utilização de novas tecnologias no tratamento de doenças, sem, contudo, se avaliar até que ponto isto é favorável ao paciente e ao próprio Sistema, além do alto custo que acaba sendo repassado ao Estado, no caso do SUS.

Alegou ainda que deve ser privilegiado o tratamento fornecido pelo SUS em detrimento de opção diversa feita pelo paciente, nos casos de não ser comprovada a ineficácia ou a impropriedade da política de saúde existente, sendo este o entendimento dos tribunais superiores.

Para o juiz Ibanez Monteiro da Silva, em se tratando de matéria de saúde pública, vigora o princípio da solidariedade dos entes federativos, de modo que qualquer um dos três, isoladamente, pode ser responsabilizado judicialmente, a fim de fornecer o medicamento ou o tratamento médico necessário à parte e assim se evitar eventuais entraves.

Para ele, o dever da Administração de realização de cirurgias (ou exames) e adquirir os medicamentos necessários ao atendimento de pessoas carentes e portadoras de doenças raras, bem como de pessoas que necessitam de tratamento continuado, imposto pela Constituição, não pode ser inviabilizado através de entraves burocráticos ou qualquer outra justificativa, como argumentado pelo Estado a ausência de previsão orçamentária, pois o que a Constituição impõe é a obrigatoriedade do Estado de garantir a saúde das pessoas, seja através de uma boa e eficiente qualidade do serviço de atendimento, seja pela aquisição de medicamentos. (Processo nº 001.09.036152-1)







Fonte: TJ/RN, 19/07/2010 e LEGISUS.

http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2582

Ministério público capixaba quer que hospitais notifiquem aos conselhos tutelares dos nascidos de mães dependentes químicas.

A notificação visa a proteger as crianças de possíveis casos de violação de direitos cometidos por parte de mães dependentes de drogas. Com o acompanhamento do Conselho Tutelar, poderão ser feitos os encaminhamentos necessários a outros órgãos competentes para atender às famílias.

Clique aqui e leia a íntegra da recomendação.

Fonte: MP/ES e LEGISUS, 22/07/2010.

http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2581

TCE, TCU e SUS farão auditoria conjunta na saúde em 3 cidades do Paraná.

Londrina, Umuarama e Foz do Iguaçu foram os municípios escolhidos para o pente fino, que deve durar um mês e começa no dia 16 de agosto.

Durante os meses de agosto e setembro, uma equipe, formada por médicos-auditores do Denasus (Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde) e técnicos dos Tribunais de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e da União (TCU), fará uma auditoria sobre a aplicação dos recursos federais, estaduais e municipais na área da saúde nos municípios de Londrina, Umuarama e Foz do Iguaçu.

O TCE, por meio da Diretoria de Análise de Transferências (DAT), vai participar dos trabalhos de inspeção por causa do conhecimento acumulado na rigorosa fiscalização que tem empreendido junto aos fundos municipais de saúde, bem como na análise de contratos de gestão celebrados entre municípios e organizações do terceiro setor. A DAT é a unidade do TCE responsável por fiscalizar os convênios, em todas as áreas, que envolvem recursos municipais ou estaduais no Paraná.

A parceria entre as três instâncias de controle é uma iniciativa pioneira. O objetivo é somar esforços e conhecimento para aperfeiçoar a fiscalização numa das áreas mais sensíveis e dispendiosas entre os investimentos públicos: a saúde.

Os três municípios foram escolhidos atendendo a critérios de risco, segundo dados extraídos junto ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), que registra os procedimentos médicos pagos pelo SUS em todo o País. Esses registros apontam os pagamentos de procedimentos médicos que fogem ao padrão nacional apurado pelo órgão.

O assessor da Secretaria de Controle Externo do TCU no Paraná, Evandro Bulcão







Vianna, envolvido nos trabalhos de auditoria, explicou que outros critérios foram utilizados para a escolha. Entre eles, a existência de inquéritos e relatórios na Rede de Controle, que inclui, além do TCE e TCU, a Polícia Federal, Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU). Ele destaca que, no caso do dos municípios paranaenses, foi preponderante para a seleção a vultousidade de contratos de prestação de serviço e o valor dos procedimentos médicos-hospitalares pagos aos estabelecimentos, registrados no Datasus.

Os auditores vão examinar desde prontuários de internamento, que serão conferidos pelos médicos do Denasus – com possíveis visitas aos pacientes para verificar se o atendimento foi efetivamente prestado –, até a legalidade dos contratos de convênio entre organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), organizações não-governamentais (Ongs) e fundações e os respectivos tomadores dos serviços – ou seja, os três municípios e o Estado. A intenção da avaliação do teor destes contratos é conferir se estão em conformidade com as regras do SUS ou se causam prejuízo ao sistema público.

Ao todo, a equipe permanecerá 30 dias nos três municípios e será composta por dois médicos do Denasus, dois auditores do TCU e um analista de controle do TCE-PR. Os trabalhos terão início no dia 16 de agosto.

Fonte: TCE/PR, 22/07/2010.

http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2580

Saúde

23/07/2010 | 10h31m Mulheres que operam seios efrentam mais dificuldade para amamentar

Mulheres que se submeteram a cirurgias de redução ou de aumento de seios podem ter mais dificuldades na hora de amamentar. A operação para diminuir o volume dos seios tem impacto maior na função do aleitamento.

O dado é de uma pesquisa inédita da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). Foram comparadas 74 mulheres que haviam acabado de dar à luz em um hospital particular de São Paulo.

Segundo os autores, até aqui, os estudos mostravam resultados controversos: alguns sugeriram que as plásticas prejudicam o aleitamento, outros, não.







Cirurgiões plásticos dizem que as técnicas mais modernas não atrapalham a amamentação, e que a nova pesquisa não levou em conta as diferentes técnicas.

As pacientes foram divididas em três grupos: as que haviam passado por cirurgia de aumento; as que fizeram redução de mamas e as que não haviam feito plástica.

Todas foram avaliadas até 72 horas após o parto, depois entre cinco e sete dias e, por último, ao final de um mês.

Ao término do período, a chance de a criança estar recebendo exclusivamente leite materno foi de 29% no grupo das que tinham passado por redução de mamas, 54% naquelas com próteses mamárias e 80% nos bebês das mulheres do grupo controle.

Embora todas estivessem amamentando nas primeiras horas, após 30 dias a amamentação exclusiva entre as mulheres com cirurgia foi muito menor, diz o artigo.

Editoria de Arte/Folhapress



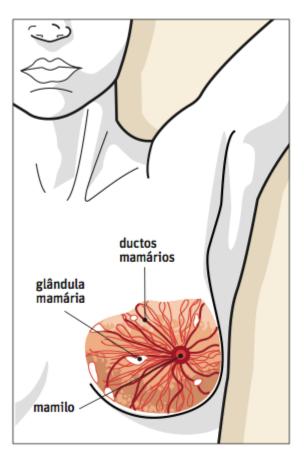


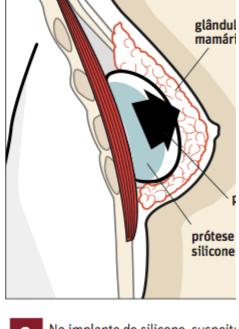


FONTE SECA

Cirurgias estéticas podem comprometer a produção de leite

O hormônio prolactina estimula a produção de leite pelas glândulas mamárias. O líquido é levado pelos ductos mamários até o mamilo A produção também é estimulada pela do bebê





Na cirurgia de redução de seios, retira-se parte do tecido da glândula mamária. Além disso, pode haver lesões nos ductos que levam o leite

No implante de silicone, suspeita que a prótese possa comprimira glândula, prejudicando a produção de

Fonte: ANA CRISTINA ABRÃO, professora do departamento de Enfermagem da Unifesp

ALERTA

"Apesar do pequeno número de mulheres avaliadas, a diferença foi significativa e os resultados servem de alerta", diz Ana Cristina Abrão, professora do departamento de enfermagem da Unifesp e uma das líderes do trabalho.







"As dificuldades na amamentação foram uma surpresa para as próprias mães, que relatam não ter sido avisadas desse risco na hora da cirurgia", conta a pesquisadora.

Segundo ela, a complementação com leite artificial já no primeiro mês eleva a chance de desmame precoce.

De acordo com o artigo, as cirurgias, dependendo da técnica empregada, alteram a integridade do tecido mamário e podem interferir na produção de leite.

Na redução de mamas, é preciso retirar tecido da glândula mamária. "No caso dos implantes, uma hipótese é que a prótese pode comprimir a glândula", diz Abrão.

No Brasil, as plásticas de mama respondem por cerca de um terço das cirurgias estéticas, segundo dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

MENOS AGRESSIVAS

"Hoje as técnicas estão menos agressivas e não comprometem a amamentação", diz a cirurgiã plástica Débora Galvão, do hospital Albert Einstein.

"Antigamente retirava-se muita glândula e até havia interrupção da comunicação com o mamilo, mas hoje preserva-se uma quantidade de glândula suficiente para garantir a produção de leite e não se interrompe essa comunicação", diz Alexandre Mendonça Munhoz, cirurgião plástico do Hospital Sírio-Libanês

Outro ponto a ponderar, segundo ele, é que há diferenças entre as técnicas utilizadas -o que não foi avaliado na pesquisa. Isso explicaria o fato de muitas mulheres não terem problemas. "E há aquelas que não querem amamentar ou têm medo de "estragar" a cirurgia, por temer estrias ou flacidez."

Fonte: Folha Online

http://www.reporternews.com.br/noticia/292712/Mulheres-que-operam-seios-efrentam-mais-dificuldade-para-amamentar-

Saúde







22/07/2010 | 23h34m Programa nacional de Aids do Ministério da Saúde tem novo diretor

O infectologista mineiro Dirceu Greco será o novo diretor do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, uma das maiores vitrines do país no âmbito da saúde internacional.

Greco substituirá a pediatra Mariângela Simão, que ocupava o cargo desde 2004 e que atuará agora no Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids (Unaids) em Genebra, Suíça. A mudança será anunciada na próxima semana pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Em entrevista à Agência de Notícias da Aids, Greco disse que assumirá o cargo em uma situação confortável, porque a gestão de Simão foi "competente e democrática". Porém, reconhece que o recente desabastecimento de antirretrovirais no país é "um ponto sensível" para a coordenação da resposta brasileira contra a epidemia.

Em abril deste ano, três antirretrovirais --lamivudina, efavirenz e zidovudina-estiveram em falta no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras.

Segundo o Ministério da Saúde, houve problemas de logística na distribuição dos medicamentos, mas a situação já está regularizada.

O desabastecimento do remédio abacavir também gerou polêmica porque os pacientes foram obrigados a trocar o fármaco por outro de mesma classe. O ministério alegou na época que teve problemas de contrato e falta de documentação de um fornecedor indiano.

Ativistas da área apoiam a indicação de Greco e dizem que o principal desafio do infectologista será melhorar problemas como a falta de logística e de planejamento, enfrentados atualmente pelo departamento de Aids.

Fonte: Folha Online

http://www.reporternews.com.br/noticia/292655/Programa-nacional-de-Aids-do-Minist%E9rio-da-Sa%FAde-tem-novo-diretor-

Saúde

22/07/2010 | 20h03m Estados devem seguir normas do Ministério da Saúde sobre leishmaniose visceral







Regras para eutanásia de cães portadores de leishmaniose visceral não podem ser definidas por Projeto de Lei (PL) estadual. Esse é o entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU) que, por meio da Consultoria Jurídica (Conjur) do Ministério da Saúde (MS), elaborou orientação sobre a questão. O documento e nota técnica emitida pela Secretaria de Vigilância em Saúde do ministério auxiliaram o veto total do PL nº 510 pelo governador do Estado de São Paulo.

A leishmaniose visceral é considerada um problema de saúde pública que atinge principalmente populações de baixa renda. Por essas razões, a Organização Mundial de Saúde a posiciona como uma das seis doenças endêmicas de maior relevância no mundo. No Brasil, o MS realiza ações específicas para o controle e combate da enfermidade, com determinações sobre as condutas nos casos de infecção canina. A doença pode ser transmitida ao homem por meio de picada do mosquito "flebotomíneos", conhecido como "palha" ou "asa branca".

A proposta, de autoria da Assembléia Legislativa de SP, definia as condições e situações em que os animais poderiam ser submetidos à eutanásia e garantia direito dos proprietários de realizar contraprova dos exames realizados na rede pública e custeados pelo Poder Público, entre outros pontos.

O parecer da Conjur/MS esclarece que os estados podem suplementar as diretrizes gerais sobre saúde estabelecidas pela União, porém as regras estaduais não podem contrariar as normas federais. No caso em questão, a Lei.6259/75 determina que compete ao Ministério da Saúde a regulamentação da legislação federal sobre o controle de doenças transmissíveis. Dessa forma, é obrigatória a observância do Manual de Vigilância e Controle de Leischmaniose Visceral no Brasil publicado pelo órgão em 2003.

Outro ponto ressaltado pela consultoria jurídica é que a aprovação do PL estadual implicaria risco à vida humana, sendo inconstitucional. Apesar da preocupação com a proteção aos animais, em eventual confronto, a prevalência indiscutível é pela vida do ser humano.

O veto ao PL nº510 do estado de São Paulo acata os argumentos da Conjur/MS e enfatiza que a proposição "é contrária ao interesse público tendo em vista o potencial risco que poderá acarretar a saúde humana".

A Conjur/MS é unidade da Consultoria-Geral da União, órgão da AGU.

Por: Samantha Salomão Fonte: Ascom/AGU

http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=292635

Saúde







22/07/2010 | 19h21m Usar colírio com outros medicamentos pode ser perigoso Alterações cardíacas, aumento da pressa arterial e hemorragia são os maiores riscos. Interações medicamentosas dobram no inverno.

Com a chegada do frio, combinações perigosas de colírios e medicamentos atingem 20% dos pacientes atendidos pelo Instituto Penido Burnier. É o que mostra um levantamento feito nos prontuários do hospital pelo oftalmologista, Leôncio Queiroz Neto. "Esta é a média dos 12 mil atendimentos realizados nos últimos 3 meses. Comparado ao período de janeiro a março, o clima frio dobra o número de interações medicamentosas", afirma. Os grupos de maior risco são os idosos que fazem tratamentos para doenças crônicas e mulheres que tomam contraceptivos ou fazem TRH (Terapia de Reposição Hormonal).

O especialista diz que a inocente mistura de aspirina com colírio para combater a irritação ocular, tão comum nesta época do ano, pode causar uma hemorragia. Não é comum, ressalta, mas hipertensos, cardiopatas, asmáticos e até fumantes que têm as artérias obstruídas pelos componentes do cigarro devem manter atenção redobrada com esta interação medicamentosa. Isso porque, a aspirina é um antiagregante plaquetário que interfere na coagulação. Já o colírio mais usado para deixar os olhos branquinhos é o vasoconstritor que ao diminuir o calibre dos vasos pode causar, em longo prazo, elevação da pressão arterial, alterações cardíacas e catarata. Como a maioria das pessoas não pressiona o canal lacrimal durante a instilação, os princípios ativos interagem, potencializando o risco de hemorragia.

A recomendação do médico é usar lágrima artificial ou compressa de água fria para reduzir o desconforto da irritação ocular provocada pelo frio. Se o sintoma não desaparecer em dois dias a recomendação é consultar um oftalmologista.

Para Queiroz Neto o problema no Brasil é a venda livre da maioria dos medicamentos. "Os efeitos dos medicamentos associados diferem de quando são tomados isoladamente. Por isso, quem vai ao médico deve informar todos os medicamentos que está usando para proteger a própria saúde", alerta.

Os principais efeitos da interação de colírios com outros medicamentos são:

Combinação potencializadora dos medicamentos

Colírio anti-histamínico + calmante







Combinações que inibem o efeito de colírios

- Lágrima artificial + anti-histamínico ou contraceptivo
- · Colírio antiglaucomatoso + descongestionante ou inibidor de apetite
- Lágrima artificial + Amiodarona (antiarrítmico)

Combinações desastrosas

- Colírio Beta-bloqueador + broncoldilatador = falta de ar
- Colírio antiglaucomatoso + corticóide = risco de progressão do glaucoma
- Colírio anti-inflamatório + anticoagulante= hemorragia
- Colírio vasoconstritor + anti-hipertensivo = hipertensão
- Colírio Vasoconstritor + Amiodarona ou antiespasmódico = taquicardia
- Colírio antibiótico + contraceptivo = corta o efeito da pílula

Como a maioria das pessoas toma medicações sem prescrição médica, ler a bula atentamente antes de fazer associações que possam provocar reações adversas é fundamental. Quando se trata de colírio, Queiroz Neto diz que a simples oclusão do canal lacrimal com o polegar evita interações medicamentosas de risco.

Os passos para o uso correto de colírios são:

- Lave as mãos antes da aplicação.
- Verifique no frasco se é recomendado agitar o produto antes de usar
- Incline a cabeça para trás.
- Flexione a pálpebra inferior com o indicador.
- Com a outra mão segure o dosador
- Coloque o medicamento sem relar no bico dosado, evitando a contaminação.
- Feche os olhos por 3 minutos para garantir o efeito
- Pressione com o polegar o canto interno do olho para reduzir efeitos colaterais
- Se usar lentes de contato retire-as antes da aplicação
- Recoloque as lentes de contato depois de 10 minutos da aplicação
- Em caso de prescrição de mais de um colírio aguarde 15 minutos entre um e outro







Só aplicar medicação dentro do prazo de validade estipulado na embalagem

Fonte: Assessoria

http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=292630

SAÚDE PÚBLICA

Mil liminares contra governo por serviços

Ações foram movidas no período de 1 ano. Por dia, SES recebe de 10 a 20 decisões judiciais para que forneça medicamento ou atendimento a usuários

JOANICE DE DEUS

Da Reportagem

No período de apenas um ano, o governo de Mato Grosso teve que cumprir pelo menos quatro mil liminares concedidas pela Justiça determinando ao Sistema Único de Saúde (SUS) o fornecimento de remédios de alto custo ou a garantia de tratamento de pacientes com doenças graves.

A dificuldade do poder público em atender à demanda virou um imbróglio para o Judiciário. É Secretário estadual informou que cumpre inclusive assunto de recomendação (nº 31, de internação em 'spá' para paciente obeso março deste ano) feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



decisões, mas que recorre, citando caso de

As sugestões apontadas pelo CNJ são alguns dos argumentos usados pelo secretário de Estado de Saúde (SES), Augusto Carlos do Amaral, e o adjunto Vander Fernandes, para explicar questões relativas às demandas judiciais. A SES recebe de 10 a 20 decisões judiciais por dia.

Uma das justificativas é a que orienta os Tribunais a evitar o fornecimento de medicamentos ainda não registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Este seria o caso do miglustat (zavesca), medicamento do qual necessitava Matheus Silva Borges, 13 anos, que morreu no início desta semana em Sinop (500 quilômetros de Cuiabá), após ficar dois meses sem receber o remédio. Há ainda os trâmites burocráticos exigidos para produtos importados.

Amaral garante ainda que raramente faltam medicamentos de rotina. Só no Estado são 23 mil pacientes beneficiados, sendo despendidos R\$ 70 milhões anuais com o fornecimento de remédios. Só com os importados foram gastos R\$ 804 mil neste ano. "Tem que ter critérios, não dá para sair comprando", disse Amaral.

Ele citou inclusive duas liminares, uma para compra do medicamento vitalux plus (vitamina) e outra para conseguir um spá para um paciente obeso. "Se não cumprir, paga multa", disse. "A gente cumpre, mas recorre", acrescentou.







Outra questão levantada é quanto ao tempo estabelecido para cumprimento das determinações. "A discussão não é quanto à necessidade, mas quanto ao prazo. São dadas 24h, 48 horas para demandas eletivas", enunciou Fernandes.

Conforme Amaral, o próprio CNJ recomenda que os juízes "ouçam, quando possível, preferencialmente por meio eletrônico, os gestores antes da apreciação de medidas de urgência". A SES encaminhou ofício ao judiciário mato-grossense informando o endereço eletrônico apoiojudicial@ses.mt.gov.br, que conta com uma equipe técnica formada por médicos e enfermeiros para prestar as informações necessárias.

Outro fato é que conseguir uma vaga em UTI por meio judicial não é uma situação tão simples. "Não se pode ser mais realista do que a realidade. Se não existir vagas, não há o que fazer. Não adianta expedir prisão para o secretário", disse Amaral, referindo-se ao mandado de prisão expedido contra ele no início desta semana.

Além disso, muitas vezes se concede liminar obrigando o Estado a arranjar vaga para alguém que precisa ser internado numa UTI e que tem direito líquido e certo, mesmo sabendo que outra pessoa, com o mesmo direito, não poderá ser atendida. "Antes de determinar, precisa-se saber se é uma urgência", disse.

http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=375623

Reestruturação de hospitais é aposta do Estado

Da Reportagem

O secretário de Estado de Saúde (SES), Augusto Carlos do Amaral, e o adjunto, Vander Fernandes, garantem que vem sendo realizado um trabalho de reestruturação dos hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado para melhorar a qualidade e ampliar os serviços ofertados.

Além disso, apontam um incremento nos leitos de UTIs nos últimos sete anos. Em 2003, eram 111 leitos existentes. Atualmente, são 318. "Hoje, 50 leitos a mais atendem a necessidade do Estado", disse Fernandes.

Os secretários destacaram ainda a política de interiorização em urgência e emergência. Entre os projetos, está a implantação de 10 Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) no Estado, além da criação de mais leitos de estabilização.

Mas, na hora do desespero, quando se está com um parente em estado grave e a família não tem recursos para pagar um hospital particular, a saída tem sido recorrer à Justiça. De janeiro a junho deste ano, somente a Defensoria Pública de Mato Grosso prestou 503 atendimentos relativos à área da saúde.







Do total, 312 geraram ações na Justiça, sendo que 80% são para garantir o fornecimento de remédios. Nos demais casos, a solução é encontrada administrativamente. (JD)

http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=375624

BALA PERDIDA

Garoto que ficou tetraplégico volta para uma UTI hospitalar

ALECY ALVES

Da Reportagem

O estudante Matheus de Assis Fonseca, 10 anos, que há quase três meses ficou tetraplégico ao ser atingido por um tiro no pescoço, mais uma vez teve de ser transferido para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Matheus, que estava internado na enfermaria do Hospital Geral Universitário (HGU), agora está sendo assistido na UTI pediátrica do Hospital Santa Rosa, hospital particular conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com pai, Eliezio Fonseca, Matheus apresentou um quadro de infecção respiratória na última terça-feira, doença que se agravou e evoluiu para pneumonia.

Por causa dessa transferência, não há expectativa de alta hospitalar, como esperava Eliezio Fonseca. No último dia 12, o juiz da Vara da Infância e Juventude de Várzea Grande, Jones Gattas Dias, concedeu liminar determinado que Matheus fosse atendido com "home care", tratamento médico domiciliar.

Esse atendimento dispôs médico, enfermeiro, fisioterapeuta, fonoaudióloga, nutricionista e outros serviços. O pedido de home care partiu do promotor da Vara da Infância, Marcelo Malvezzi, depois que sua recomendação para prestação do mesmo serviço recebeu resposta negativa da Secretaria Estadual de Saúde (SES).

Médicos visitadores da SES estiveram na UTI do Santa Rosa, onde conversaram com Eliezio Fonseca informando que assim que o estudante receber alta passará a ser atendido com home care.

Visita similar será feita na casa da família de Matheus para conhecer o ambiente e viabilizar os meios necessários à instalação da assistência domiciliar.







Desde que o filho foi baleado, Eliezio, que era padeiro diarista e tem outros quatro filhos, está sem trabalhar. Atualmente a família dele se mantém com a ajuda de órgãos de assistência social e contribuições voluntárias.

Na UTI, o menino está precisando de alguns produtos de uso pessoal cujo custo, segundo o pai, não é coberto pelo SUS: fraldas geriátricas, lenços umedecidos, sabonete líquido, xampu e condicionador capilar.

http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=375625